



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Memº. 04/ GSVGRA

Brasília/DF, 08 de março de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Assunto: relatório COP23

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho-lhe relatório de viagem de missão oficial, para 23ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – (COP 23) em Bonn-Alemanha, conforme Requerimento aprovado nº 802/2017.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe a minha expressão de alta estima e distinguido apreço.

Cordialmente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Vanessa Grazziotin".
Senadora Vanessa Grazziotin

RELATÓRIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMITIVA DE PARLAMENTARES BRASILEIROS NA 23^a CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-23), EM BONN, ALEMANHA

1. Introdução

As Conferências das Partes são encontros anuais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), criada em 1992 após a realização da Rio-92, com o objetivo de discutir e firmar compromissos para combater o aquecimento global e seus efeitos na Terra.

Os dois mais importantes marcos do clima firmados no âmbito da Convenção-Quadro são o Protocolo de Quioto, firmado na COP-3 em 1997, e o Acordo de Paris assinado na COP-21 em 2015. O Protocolo de Quioto possui dois períodos de vigência: o primeiro de 2008 a 2012 e o segundo, proposto pela Emenda de Doha (COP-18), de 2013 a 2020. Porém este último possui¹ apenas 91 das 144 ratificações exigidas para a entrada em vigor.

O Brasil é um dos países que pode contribuir para a entrada em vigor da Emenda de Doha e para acelerar as ambições pré-2020, por meio da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 433, de 2016, que aguarda apreciação do plenário da Câmara dos Deputados. Esse PDC submete ao Congresso Nacional a aprovação da Emenda de Doha. O parlamento brasileiro tem sido cobrado - reiteradas vezes, interna e externamente – a dar andamento à ratificação dessa Emenda para fortalecer

¹ Levantamento feito em 21 de novembro de 2017.

seu protagonismo nas negociações climáticas globais e em virtude do sinal positivo que isso representaria às demais nações.

Com relação ao período pós-2020, o Acordo de Paris estabelece como meta principal limitar o aumento médio da temperatura global, até 2100, em até 2°C acima dos níveis registrados antes da Revolução Industrial, além de promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Para viabilizar o atingimento desses objetivos, cada nação apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), que estabelece não só os percentuais de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), mas também ações que serão adotadas para alcançar esse fim. O Acordo de Paris está vigente, foi ratificado por 170 nações e, até o momento, foram apresentadas 165 NDCs, sendo a NDC brasileira uma das mais ambiciosas.

O desafio lançado para as COPs seguintes à COP-21 é estabelecer um “livro de regras” para os dispositivos do Acordo de Paris, regulamentando essas regras, tais como o financiamento das ações climáticas, a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os mecanismos de desenvolvimento sustentável, a transparência na cooperação entre as partes, os diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

Nesse contexto, as negociações realizadas na COP-23 se concentraram nesses elementos, porém com avanços ainda muito tímidos. Em nossa avaliação, os maiores avanços se concentraram na oferta de recursos internacionais para ações de mitigação, adaptação e meios de implementação, por meio de compromissos firmados com fundos, bancos e organismos de cooperação internacional.

2. Composição da Comitiva de Parlamentares:

A comitiva de parlamentares que participou da COP-23 foi integrada pelos Senadores Jorge Viana, Davi Alcolumbre, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Kátia Abreu; e pelos Deputados Nilto Tatto, Leo de Britto, Arnaldo Jordy, João Daniel, Nelson Pellegrino, Arthur Maia, Cláudio Cajado, João Bacelar, Alex Manente, Ricardo Tripoli e Xuxu Dal Molin. Para assessorar a comitiva foram designados os servidores do Senado Gustavo Aouar (Consultoria Legislativa) e Paula Groba (Rádio Senado).

3. Atividades da Comitiva de Parlamentares:

DOMINGO: 12 DE NOVEMBRO DE 2017

a) Reunião da União Interpalamentar (*Inter-parliamentary Union – IPU*)

No dia 12 de novembro de 2017, a União Interparlamentar se reuniu por ocasião da COP-23, com a mesa de abertura composta pelas seguintes autoridades:

Sra. Jiko Luveni, do Parlamento do Fiji;

Sra. Claudia Roth, do Parlamento Alemão;

Sra. Gabriela Cuevas Barron, Presidente da União Interparlamentar;

Sr. Abdelhakim Benchaâach, Presidente do Parlamento de Marrocos;

Sr. Frank Bainimarama, primeiro-ministro de Fiji e Presidente da COP-23;

Sra. Patricia Espinosa, Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Moderadora: Sra. Aleksandra Blagojevic, do Secretariado da IPU.

Durante esse encontro, foi aprovado um documento² que estabelece consensos entre os parlamentares. Afirma que por três anos consecutivos as temperaturas médias globais foram as mais altas registradas e observa com grande preocupação o fato de que grandes partes do mundo já estão hoje sofrendo massivamente dos impactos do aquecimento global sob a forma de eventos climáticos extremos como inundações, secas e furacões. O documento destaca que, em muitos lugares, as energias renováveis já são hoje mais baratas do que as fontes de energia fóssil e a expansão das renováveis e da eficiência energética contribuem significativamente para criar empregos verdes e combater a pobreza. O consenso encoraja todos os Estados do mundo a rever suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) no sentido de torná-las mais ambiciosas

Após a primeira rodada de debates, o Senador Jorge Viana conversou com a Sra. Patricia Espinosa, Secretária-Executiva da Convenção-Quadro (UNFCCC, na sigla em inglês) e solicitou uma reunião dela com os parlamentares brasileiros, para discutir as expectativas sobre as negociações e a política climática brasileira. O pedido foi atendido e essa reunião veio a acontecer no dia 14 de novembro, na área reservada à Secretaria-Executiva da Convenção-Quadro, situada na *Bula Zone*.

b) Participação da comitiva em eventos paralelos na *Bonn Zone*:

Evento 1: Novos avanços ao retirar o desmatamento da cadeia de suprimento

Objetivo: A produção de *commodities* agrícolas contribui com 70% do desmatamento tropical. A procura por esses produtos pode crescer até 50%

² Disponível em <<http://archive.ipu.org/splz-e/cop23/outcome.pdf>>. Acesso em 22/11/17.

até 2050. A tríplice vitória (acabar com o desmatamento, alavancar a produtividade agrícola e reduzir a pobreza) pode e deve ser alcançada dissociando a produção de *commodities* do desmatamento.

Organização: *Global Climate Action* (Ação Climática Global).

Local: Sala de Reuniões nº 5 (meeting room #5), *Bonn Zone*.

Participantes:

Fernando Sampaio, Diretor-Executivo da Estratégia PCI do Estado de Mato Grosso, Brasil;

Daan Wensing, Diretor do Programa Global “Paisagens e ‘Commodities’ do desmatamento (IDH);

Cynthia Ong, Diretora-Executiva da “Forever Sabah”;

Frederick Kugan, Vice-Diretor, do Departamento Florestal de Sabah, Malásia;

Dr. Christopher Stewart, Chefe de Responsabilidade Corporativa e Sustentabilidade da OLAM;

Darlington Tuagben, Diretor de Gestão da Autoridade de Desenvolvimento Florestal da Libéria;

H.E. Vidar Helgesen, Ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega;

Kevin Rabinovitch, Vice-Presidente Global da Mars Inc.

Laura Phillips, Vice-Presidente Sênior para Sustentabilidade Global do Vice President for Global Sustainability, Walmart

Evento 2: Novas plataformas de ação e advocacia florestal: povos indígenas e lideranças religiosas

Objetivo: Observar que cultura e religião inspiram ambição para proteger os direitos dos povos indígenas e comunidades locais - grupos que administram cerca de 25% das florestas tropicais do mundo. Os direitos sobre sua terra e sobre seus recursos são, portanto, cruciais para proteger as florestas e os serviços (meios de subsistência, ar limpo e água) que eles fornecem.

Participantes:

Benki Piyāko, líder político e espiritual da comunidade Ashaninka do Brasil;

Reverendo Fletcher Harper, Diretor Executivo da *GreenFaith*;

Sônia Guajajara, Coordenadora Nacional da Articulação dos povos indígenas no Brasil;

Hindou Oumarou Ibrahim, do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança do Clima.

SEGUNDA-FEIRA: 13 DE NOVEMBRO DE 2017

a) Visita Técnica ao Chempark, em Leverkusen

O Chempark é o maior parque químico da Alemanha e congrega mais de 60 empresas e 30.000 funcionários. Criado em 1863 como indústria para tingimento de tecidos, o parque se expandiu e hoje ocupa áreas em Leverkusen, Dormagen and Krefeld-Uerdingen.

Durante a visita técnica foram feitas apresentações das empresas Covestro, Lanxess e Wacker a respeito de tecnologias desenvolvidas para uma economia mais sustentável e de baixo carbono. Apresentaram, ainda, representantes da Entidade Nacionalmente Determinada (NDE, na sigla em inglês) da Alemanha e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).

O Sr. Richard Northcote, chefe de sustentabilidade da Covestro apresentou os “rumos das inovações para plásticos mais sustentáveis”. Segundo Northcote, a população global deverá alcançar 9,7 bilhões de pessoas até 2050 e 11,2 bilhões até 2100. Em 1990, havia 10 megacidades no mundo e, até 2030, serão mais de 40. Afirmou que os novos plásticos do milênio têm de ser tecnológicos e sustentáveis, com as seguintes propriedades: menos peso, menor consumo de energia, menores emissões de CO₂, mais segurança, longa duração e custo-eficientes.

A Covestro é uma empresa do setor industrial que desenvolve tecnologias e produtos para reduzir as emissões de CO₂ não só durante a produção, mas durante todo o ciclo de vida dos produtos. Além disso, trabalha para aumentar a eficiência energética e reduzir o consumo dos recursos naturais ao longo de ciclos produtivos. A empresa produz tecnologias e soluções para as áreas de transportes, energias renováveis e não renováveis, reciclagem, construção civil, e produção de plásticos. Após as apresentações, foi feita uma demonstração da fabricação de espumas para colchões com um tipo de poliuretano que sequestra carbono em sua composição, reduzindo em 20% as emissões de CO₂ no processo.

O Sr. Jean-Marc Vesselle, chefe da BU Tecnologias de Purificação Líquidas (Lanxess), fez apresentação intitulada “Da remediação de águas subterrâneas à recuperação do CO₂ – *Lewatit®* e *Lewabrane®*: as estrelas da economia circular”. Expôs sua preocupação com relação ao crescimento populacional e as pressões regulatórias da União Europeia no setor de tratamento de água e ressaltou a importância das soluções de reciclagem de água (ou reúso).

A Lanxess possui soluções de tratamento de água para consumo humano e uso industrial; dessalinização da água do mar para produção de água potável com membranas de osmose reversa; tratamentos para remover arsênico, fosfato e outras substâncias de água bruta e de águas residuárias.

O Sr. Mathias Bremer, da empresa Wacker, fez uma apresentação sobre geração de energia solar fotovoltaica. Ele prevê que o mundo alcance em 2017 a geração de 400 GW de energia solar fotovoltaica, seguindo o caminho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável n^{os} 7 e 13, que tratam de energias limpas e da ação climática global.

O Sr. Mathias demonstrou que na Alemanha, de 2015 a 2017, os custos da tarifa de energia elétrica foram reduzidos pela metade, grande parte em função do uso de energia solar fotovoltaica. Finalmente, evidenciou o trabalho da Wacker no desenvolvimento e produção do polisilício, matéria-prima essencial para a produção dos painéis fotovoltaicos.

O Sr. Frederic Hans, da NDE Alemanha, discutiu as barreiras para a transferência de tecnologias e a importância dos “Banco de Dados para Demandas Tecnológicas” (*Technology Needs Database - TND*).

A Sra. Sara Traerup, da UNEP, fez um panorama sobre as Avaliações de Demandas Tecnológicas (*Technology Needs Assessments*) no mundo. Ambos os instrumentos são fundamentais para apoiar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas pelos países signatários do Acordo de Paris, em especial para identificar quais demandas tecnológicas cada setor requer e quais setores econômicos devem ser priorizados na pesquisa, desenvolvimento e inovação.

b) Reunião com parlamentares alemães

Na parte da tarde, a comitiva de parlamentares brasileiros se reuniu com parlamentares alemães e com a Sra. Bärbel Höhn, que foi parlamentar do Partido Verde Alemão por 12 anos e Secretária de Estado de Meio Ambiente. Os temas tratados na reunião foram matriz energética limpa e esforços brasileiros para combater o desmatamento. Debateu-se que o Brasil pode ampliar a produção de alimentos e de biocombustíveis sem afetar a segurança alimentar.

A parlamentar alemã informou que hoje a Alemanha conta com cerca de 30% das suas fontes de energia elétrica renováveis, especialmente a eólica, fotovoltaica e de biomassa. Detalhou que a participação da energia

nuclear na Alemanha nos últimos anos caiu de 35% para 13% e que o uso do carvão também tem seguido essa tendência.

Foi perguntado aos alemães se a saída dos Estados Unidos poderia comprometer os avanços da COP. A Sra. Bärbel Höhn respondeu que não há chances do Acordo de Paris ser rediscutido, pois 69% dos países já o ratificaram. Destacou o empenho da China, que fechou muitas fábricas movidas a carvão e está migrando para fontes energéticas mais limpas.

TERÇA-FEIRA: 14 DE NOVEMBRO DE 2017

a) Dia da Amazônia (*Amazon-Bonn day*)

Organização: Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal; Força Tarefa de Governadores para Clima e Florestas (GCF); Agência Alemã de Cooperação Internaiconal (GIZ).

Local: Kunstmuseum (Museu de Arte de Bonn).

i) Mesa de abertura do Dia da Amazônia.

Participantes: Ministro do Meio Ambiente do Brasil, José Sarney Filho; Governador do Estado do Pará (representando o Fórum de Governadores da Amazônia Legal), Simão Jatene; Ministro de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), Gerd Müller; Ministro do Meio Ambiente da Noruega, Vidar Helgesen; Ministra de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido, Claire Perry; Diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), André Guimarães (representando sociedade civil); e representante dos povos indígenas, Cacique Raoni Kayapó.

ii) Apresentações - Parte 1: Parcerias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e o equilíbrio climático.

Participantes: Governador do Estado do Acre, Sebastião Viana; Governador do Estado do Mato Grosso, Pedro Taques; Diretora de Infraestrutura e Sustentabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES_, Marilene Ramos; Diretor do Programa Global de Territórios da *IDH, the Sustainable Trade Initiative*, Daan Wensing; diretor da Kaeté Investimentos, Luís Fernando Laranja; Vice-Secretária para América Latina, Oriente Médio e Magreb do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), Christiane Bögemann-Hagedorn. Moderador: Paulo Moutinho (IPAM).

iii) Apresentações - Parte 2: Parcerias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e o equilíbrio climático.

Participantes: Governador do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda; Vice-Governador de Rondônia, Daniel Pereira; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Suely Araújo; Diretor da Iniciativa Internacional da Noruega sobre Clima e Florestas (*Norway's International Climate and Forest Initiative*), Per Fredrik Ilsaas Pharo; Diretora de Sustentabilidade do Walmart, Katherine Neebe. Moderador: Adalberto Veríssimo (IMAZON).

b) Evento no Espaço Brasil: A indústria química como solução para a adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

O evento foi apresentado pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), representada por Marina Mattar, e pela Braskem, representada por Jorge Soto.

Na apresentação, a indústria química manifestou compromisso para oferecer sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Foram apresentados números que demonstram reduções nas emissões de gases do

efeito estufa na indústria química brasileira, desde o ano de 2006. Além disso, os apresentadores destacaram o protagonismo brasileiro na produção de bioplásticos, produzidos a partir de matérias primas vegetais, como a cana-de-açúcar e o milho. Por fim, manifestaram que a indústria química apoia abordagens baseadas no ciclo de vida dos produtos e defenderam a necessidade de implementação de incentivos econômicos, como a precificação do carbono.

Os Senadores e Deputados complementaram a apresentação e afirmaram que é possível no Brasil uma transição para uma economia de baixo carbono e que a indústria pode ser uma grande aliada do País no desenvolvimento de tecnologias verdes que tenham como objetivos reduzir o consumo de recursos naturais e aumentar a eficiência energética dos processos.

c) Reunião com Patricia Espinosa, Secretária-Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

Em audiência com a Sra. Patricia, Secretária-Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, os parlamentares brasileiros manifestaram desejo em ver aprovada a Emenda de Doha pelo Brasil e informaram que durante a COP-23 estavam se articulando para tentar viabilizar sua aprovação. O Senador Jorge Viana indagou à Sra. Patricia Espinosa sobre a quantidade de países que já haviam ratificado a Emenda de Doha, e a Secretaria entregou documento aos parlamentares brasileiros com o número atualizado de 84 ratificações. Cabe observar que ao final da COP-23, esse número cresceu para 91 das 144 nações que a ratificaram, ou seja, faltam ainda pouco mais de 50 ratificações para que possa entrar em vigor. Segundo a Secretaria, a Emenda de Doha é

um sinal de confiança sobre a seriedade de que os países vão cumprir os compromissos pré-2020.

O Senador Jorge Viana perguntou à Secretaria sobre as expectativas para a COP-23. A Secretaria prevê o avanço na regulamentação dos dispositivos do Acordo de Paris. Informou que será preciso regulamentar a metodologia de registros e comunicações das reduções de emissões à Convenção-Quadro, bem como o registro da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, nos investimentos em tecnologia e criação de capacidades. Além disso, lembrou que o tema dos mercados de carbono divide muito os países. Por exemplo, a África do Sul, um dos países grandes produtores de petróleo, terá de transformar sua economia para uma base de baixo carbono, mobilizando investimentos em novas fontes de energia. Esses países já sabem que o negócio do petróleo não vai durar para sempre e que, possivelmente, em 50 ou 80 anos perderá quase todo seu valor.

Nesse sentido, a Sra. Espinosa destacou a ***Oil and Gas Climate Initiative (Iniciativa do Óleo e do Gás)***, uma iniciativa voluntária capitaneada pelos dirigentes de 10 das maiores petroleiras do mundo, com o objetivo de liderar a resposta do setor às mudanças climáticas, com conhecimentos especializados e colaborativos em ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O Senador Jorge Viana demonstrou preocupação quando tomou conhecimento de que a Petrobras não participa dessa iniciativa.

Por fim, a Sra. Patricia Espinosa lembrou que o Brasil não pagou as duas últimas contribuições financeiras anuais junto à Organização das Nações Unidas e informou que o débito corresponde a aproximadamente US\$ 2.700.000 (dois milhões e setecentos mil dólares). Os parlamentares se comprometeram a promover gestões no sentido de regularizar essa situação.

QUARTA-FEIRA: 15 DE NOVEMBRO DE 2017

a) Abertura do segmento de alto nível da COP 23, com a participação de 25 Chefes de Estado e de Governo

O evento ocorreu no Plenário Nova York, situado na *Bula Zone*. Os parlamentares participaram da reunião tomando assento na mesa reservada ao Brasil e escutaram os discursos de Emmanuel Macron (França) e de Angela Merkel (Alemanha), Chefes de Estado e de Governo, respectivamente.

Angela Merkel afirmou que as metas para conter o avanço do aquecimento global acordadas em Paris foram apenas o começo e são necessárias mais medidas para conter o avanço do aquecimento global. A chanceler alemã defendeu a união global contra a alteração do clima e destacou a importância da atuação dos países desenvolvidos nessa cooperação. Emmanuel Macron fez eco à fala de Merkel e acrescentou que é necessário estabelecer um mercado de carbono na Europa, que determine um preço mínimo para as emissões de gases do efeito estufa. Além disso, reiterou o compromisso da França de fechar todas suas usinas de carvão até o ano de 2021. Por fim, afirmou que a França continuará se esforçando para levar adiante o Acordo de Paris, mesmo com o posicionamento de saída dos Estados Unidos.

b) Reunião com o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, no Espaço Brasil

O Ministro do Meio Ambiente Sarney Filho informou que a COP-23 é uma COP técnica, que tem como objetivo estabelecer uma série de regras para o Acordo de Paris. O Ministro foi convidado para o evento dos parlamentares no Espaço Brasil e disse que levaria os negociadores

brasileiros para detalhar os instrumentos que estavam sendo regulamentados, principalmente os financeiros.

O Ministro destacou o resultado positivo no combate ao desmatamento de 2016-2017, atribuindo-o principalmente a ações de comando e controle. Contudo, ponderou que o comando e controle tem um limite e que o Brasil precisa expandir sua atuação com instrumentos econômicos.

Foi discutida a importância da aprovação da Emenda de Doha e a necessidade de pautar e aprovar a matéria na Câmara dos Deputados, bem como garantir recursos orçamentários ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados para combate ao desmatamento e proteção da vegetação nativa.

Por fim, foi encaminhada ao Ministro a preocupação geral com com relação à Medida Provisória (MPV) nº 795, de 2017, que concede incentivos fiscais de quase 1 trilhão de reais para o setor de petróleo e gás.

c) Evento no Espaço Brasil: “A agenda do parlamento brasileiro e a implementação do acordo do clima pelo Brasil”

No dia 15 de novembro de 2017, às 17h00, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, pela primeira vez, promoveram um evento dentro do Espaço Brasil, que teve como objetivo debater a pauta positiva e a pauta negativa para o clima que tramita no Congresso Nacional. O evento, proposto pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e pelas Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara dos Deputados.

Participaram do evento a comitiva de parlamentares; Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente; Alfredo Sirkis, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima; Embaixador José Marcondes, do Ministério das Relações Exteriores; organizações não governamentais (incluindo Observatório do Clima, Greenpeace, IPAM, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura e Carta de Belém); associações de setores produtivos (União da Indústria de Cana de Açúcar – UNICA, Abquim, Braskem), empresas que atuam na área climática (Como a Waycarbon), fóruns ambientais e gestores ambientais.

O Senador Jorge Viana destacou a necessidade de se fazer uma aliança suprapartidária para viabilizar a implementação da NDC brasileira e impulsionar a pauta positiva para o clima. Além disso, fez chamamento a todos presentes para que indiquem aquelas proposições legislativas que devem ou não ser aprovadas e, também, se há novas ideias de projetos a serem propostos.

O Ministro Sarney Filho destacou a importância da manutenção e recuperação das florestas tropicais para o equilíbrio climático, relembrou que a recuperação de florestas é medida que leva bastante tempo, diferentemente do fechamento de um lixão e do aproveitamento de gases. Finalizou informando que o Brasil se prontificou para sediar a COP-25 em 2019, questão que até o momento não foi decidida.

Em seguida Senadores e Deputados fizeram seus pronunciamentos e foi dada a palavra aos participantes, que foram unânimes na rejeição à MPV nº 795, de 2017, que concede incentivos fiscais de quase 1 trilhão de reais ao setor de petróleo e gás.

Alfredo Sirkis destacou dois projetos positivos para o clima: primeiro, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 750, de 2015, do Senador Jorge Viana, que incorpora em lei os compromissos brasileiros estabelecidos em sua Contribuição Nacionalmente Determinada. O projeto aguarda a votação do relatório do Senador João Capiberibe na Comissão de Meio Ambiente do Senado. O segundo projeto mencionado foi o PL nº 9.086, de 2017, do Deputado Evandro Gussi, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio. Na visão de Sirkis, esse PL é extremamente importante, pois atribui o peso da descarbonização a cada um dos combustíveis, ou seja, quanto mais polui, quanto mais emite, mais é taxado. Donizete Tokarski, da UNICA, se manifestou em seguida e reforçou a importância da aprovação do PL do Renovabio.

O Sr. Plínio Nastari, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), destacou que a Agência Internacional de Energia recomenda que o uso de biocombustíveis seja aumentado em 3,5 vezes até 2050, para evitar as emissões por combustíveis fósseis. Nesse sentido, elogiou medidas como o Renovabio para premiar e induzir a eficiência energética.

O Sr. Felipe Bittencourt da “Waycarbon” informou que estão acontecendo debates sobre a precificação de carbono no âmbito do Ministério da Fazenda e sugeriu que os parlamentares acompanhassem a discussão. Segundo ele, trata-se de um complexo instrumento e deve-se evitar que sejam estabelecidos incentivos equivocados, que resultem em subsídios cruzados³.

³ Quando um preço mais baixo cobrado de uma classe de consumidores (ou os incentivos financeiros dados a uma classe de produtores) é compensado por preço mais alto cobrado aos demais consumidores. Ou seja, uma classe de consumidores paga preços mais elevados para subsidiar um grupo específico. Como exemplo hipotético, se a redução de impostos para empresas produtoras de energias limpas provocar um aumento na

O Sr. Paulo Adário, do Greenpeace, parabenizou os parlamentares pelo evento e qualificou-o como fórum mais importante sobre mudança do clima do Brasil, pois é nele que se estão trilhando os novos caminhos no combate à mudança do clima. Cobrou agilidade na apreciação das sugestões legislativas apresentadas à Câmara (SUG 34/2015 CLP) e ao Senado (Sugestão nº 6, de 2015) para que seja criado projeto de lei que institua o desmatamento zero no Brasil, para que o País produza nas áreas já desmatadas. Segundo Adário, as sugestões contam com o apoio de mais de 1,4 milhão de brasileiros.

O Sr. Davi Canastra do grupo Votorantim indicou a importância da aprovação do PL nº 792, 2007, do Deputado Anselmo de Jesus, que dispõe sobre o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Segundo Canastra, com a regulamentação os negócios da floresta poderiam ser alavancados.

Ao final, manifestaram-se os Deputados Leo de Britto, Arnaldo Jordy, Cláudio Cajado, Nelson Pellegrino; a presidente do Ibama, Suely Araújo; e o Embaixador José Marcondes, que fez um panorama do *status* das negociações na COP-23 e alertou que a agenda parlamentar brasileira deve incluir não só os ambientalistas, mas também os ruralistas e todos os setores que deverão contribuir com as reduções das emissões.

O Senador Jorge Viana encerrou sugerindo que a cada ano o Senado e a Câmara promovam um evento no espaço Brasil a fim de acompanhar o andamento da pauta brasileira sobre política climática e para ouvir as demandas dos setores e da sociedade civil.

tarifa de energia elétrica, pela necessidade de aumento da arrecadação para compensar a isenção fiscal concedida.

QUINTA-FEIRA: 16 DE NOVEMBRO DE 2017

a) Evento Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

O evento do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) ocorreu na *Bula Zone*, sala Adis Abeba, sob a liderança do Secretário-Executivo do Fórum, Alfredo Sirkis, com os seguintes participantes da mesa: Senador Jorge Viana, Ministro do Meio Ambiente Sarney Filho e Embaixador José Marcondes, além de outros membros do Fórum.

Durante sua exposição, Alfredo Sirkis apresentou detalhadamente a “Proposta preliminar de implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil”, que no momento está sob consulta pública no site do Fórum. Foram levantadas na primeira rodada, em 2017, ao todo 255 ações/medidas, tendo sido 41 priorizadas para NDC e 29 restantes como “ações e medidas de curto prazo” com um escopo de implementação anterior a 2020.

As ações foram categorizadas em 7 (sete) grupos: i) Agricultura, florestas e outros usos da terra (AFOLU, na sigla em inglês); ii) Agricultura e pecuária; iii) Transporte; iv) Cidades e Resíduos; v) Energia Elétrica; vi) Indústria; e vii) Instrumentos econômicos ao largo da economia.

Segundo o Fórum, a proposta para implementação da NDC, ao final, será apresentada em 3 cenários: i) **Cenário Literal**: a execução rigorosa de todos compromissos setoriais; ii) Cenários flexíveis: cumprimento das metas de redução de emissões no agregado em 2025 e 2030, de 37% e 43% respectivamente com ano base 2005: ii.a) **Cenário ênfase AFOLU**: Concentração nas ações relacionadas com mudanças do uso da terra; ii.b) **Cenário Equilibrado**: Esforço significativo na redução da

queima de combustíveis fósseis, sobretudo nos transportes/mobilidade e, secundariamente, na geração de energia e na indústria.

O Senador Jorge Viana alertou aos participantes do Fórum que o prazo para elaboração e implementação está muito curto, haja vista que os compromissos da NDC brasileira já começam a valer em 2020, além de já haver ações pré-2020. Portanto, recomendou maior agilidade no desenvolvimento do trabalho para que ele possa ser aplicado e observado pelo Governo Brasileiro e pelos setores interessados.

Da plateia, integrantes de organizações não governamentais, de setores produtivos, gestores ambientais e associações fizeram questionamentos e ofereceram contribuições ao documento.

SEXTA-FEIRA: 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Retorno ao Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COP-23 realizada em Bonn, Alemanha, foi uma Conferência bastante técnica que teve como objetivo principal regulamentar dispositivos do Acordo de Paris que serão fundamentais para a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas apresentadas pelas Partes.

A COP-23 teve como mote “ir mais longe, mais rápido e juntos” (*further, faster and together*) no combate ao aquecimento global, compromisso que envolve aumento de ambições por parte dos países, regiões, estados, cidades, empresas e sociedade civil.

O Secretariado da Convenção-Quadro, ao final da COP-23, identificou⁴ avanços nas seguintes áreas: i) Financiamento da Ação Climática; ii) Investimentos em Ações Climáticas; iii) Coordenação da Ação Climática; iv) Compromissos Corporativos; e v) Ratificações Governamentais. O detalhamento de cada um desses itens é a seguir apresentado.

i) Financiamento da Ação Climática:

Iniciativa “InsuResilience”: Alemanha aportará mais 125 milhões de dólares para apoiar a provisão de seguros para 400 milhões de pessoas mais pobres e vulneráveis até 2020. Uma parceria G20 e V20 (países vulneráveis).

Fundo de Adaptação: A Alemanha doa 50 milhões de euros e a Itália de 7 milhões de euros, superando seu objetivo de aporte de recursos para 2017 em 13 milhões de dólares. O fundo ficou com um equivalente total de 93,3 milhões de dólares.

Noruega e Unilever disponibilizam 400 milhões de dólares para investimento público e privado em desenvolvimento socioeconômico mais resiliente. Investir em modelos de negócios que combinam investimentos em agricultura de alta produtividade, inclusão de pequenos agricultores e proteção florestal.

Alemanha e Grã-Bretanha fornecerão 153 milhões de dólares para expandir programas para combater as mudanças climáticas e o desmatamento na Floresta Amazônica.

Banco Europeu de Investimento aportará 75 milhões de dólares para um novo programa de investimentos de 405 milhões de dólares da Autoridade de Recursos Hídricos de Fiji. O esquema fortalecerá a resiliência da distribuição de água e tratamento de águas residuais após o ciclone “Winston”, a segunda maior tempestade mundial já registrada, que atingiu Fiji em fevereiro de 2016.

Green Climate Fund e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento acertaram o aporte de 37,6 milhões de dólares para garantir o financiamento do projeto “Saïss Water Conservation Project”, de 243,1 milhões de dólares, para tornar a agricultura marroquina mais resiliente.

Instituto de Recursos Mundiais anunciou a cifra de 2,1 bilhões de dólares em investimento privado destinado a restaurar

⁴ Disponível em: <<https://cop23.unfccc.int/news/concrete-climate-action-commitments-at-cop23>> Acesso em 23 de novembro de 2017.

terras degradadas na América Latina e no Caribe através da Iniciativa 20x20.

PNUD, Alemanha, Espanha e União Europeia lançam um programa de apoio à implementação de NDCs de 42 milhões de euros para ajudar os países a cumprir o Acordo de Paris.

NDC Partnership estabelece novo polo regional para apoiar a implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) no Pacífico.

13 países e Agência Internacional de Energia aplicarão 30 milhões de euros no "Programa de transição para energia limpa da Agência" para apoiar transições de energia limpa em todo o mundo.

Equador deve reduzir 15 milhões de toneladas de emissões de CO₂ no setor florestal.

Serviço de Parques Nacionais do Gabão deve interromper a exploração madeireira ilegal para impedir a emissão de 20 milhões de toneladas de CO₂.

ii) Investimentos em Ações Climáticas:

Banco HSBC anuncia investimentos de 100 bilhões de dólares para investimentos verdes.

R20 and Blue Orchard Finance's apoiarão o Fundo Africano Sub-Nacional do Clima no fornecimento de projetos e fundos prontos para investimento a fim de implementar pelo menos 100 projetos de infraestrutura até 2020.

iii) Coordenação da Ação Climática:

Organização Mundial da Saúde, Secretariado da Convenção-Quadro e Presidência de Fiji anunciam a Iniciativa em Saúde, para assegurar que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento tenham sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas até 2030.

“America’s Pledge” reúne líderes do setor privado e público para garantir que os EUA continuem a ser um líder global na redução de emissões e que atinjam os objetivos climáticos do país no Acordo de Paris.

“Powering Past Coal Alliance” reúne 25 países, estados e regiões para acelerar a rápida eliminação do carvão e para apoiar trabalhadores e comunidades afetados por essa transição.

Prefeitos C40 de 25 cidades pioneiras, que representam 150 milhões de cidadãos, comprometeram-se a desenvolver e começar a implementar planos de ação climáticos mais ambiciosos antes do

final de 2020 para entregar cidades neutras e climáticas resistentes ao clima até 2050.

Aliança Global para Edifícios e Construção assinou acordo para acelerar e ampliar ações colaborativas.

Conselho Mundial dos Negócios em Desenvolvimento Sustentável defende o *Below 50*, iniciativa que tem como objetivo desenvolver o mercado global para os combustíveis mais sustentáveis.

Aliança da EcoMobilidade cidades ambiciosas comprometidas com o transporte sustentável.

Iniciativa para transformação da mobilidade urbana destinada a acelerar a implementação do desenvolvimento sustentável dos transportes urbanos e mitigação das mudanças climáticas.

Parceria Ocean Pathway pretende, até 2020, fortalecer a ação e o financiamento que vinculam a ação das mudanças climáticas; oceanos saudáveis e meios de subsistência, inclusive através do processo das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e através de planos nacionais de ação climática.

PNUD lançou a “Plataforma Global para a Declaração de Nova York sobre Florestas”, a fim de acelerar a consecução de seus objetivos de proteção e restauração florestal.

iv) Compromissos Corporativos

Mars Inc. reduzirá a pegada de carbono em 27%, até 2025, e em 67% até 2050.

Microsoft reduzirá as emissões de carbono em 75% até 2030.

EV100 consegue mais parceiros para a iniciativa de transição para eletro-mobilidade.

Walmart compromete-se a trabalhar com commodities que não aumentem o desmatamento.

v) Ratificações Governamentais

Síria ratificou o Acordo de Paris - 170 países já ratificaram.

Seis países ratificaram a Emenda de Doha (Bélgica, Finlândia, Alemanha, Eslováquia, Espanha e Suécia) - 90 países no total ratificaram

Oito países ratificaram a Emenda Kigali ao Protocolo de Montreal (Comores, Finlândia, Alemanha, República Democrática

Popular do Lao, Luxemburgo, Maldivas, Eslováquia e Reino Unido)
- 19 países no total ratificaram.

Verifica-se, portanto, que houve avanços significativos no âmbito do financiamento da ação climática global e do fortalecimento das parcerias em iniciativas que favorecem a transição para economia de baixo carbono, com destaque para a frágil situação dos países insulares e a necessidade de se estabelecer maior resiliência. Além disso, vários países ratificaram o Acordo de Paris e a Emenda de Doha.

Contudo, os especialistas mais críticos consideram tímidos os resultados da COP-23, pois a Conferência pouco avançou na regulamentação propriamente dita do Acordo de Paris, no que tange aos seguintes aspectos: Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável; a transparência na cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; metodologia de registro e de comunicação das reduções das emissões; e diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

A experiência de Fiji com o diálogo “Talanoa”, que representa um compartilhamento de ideias, trouxe um ambiente de diálogo positivo que evitou disputas sobre os papéis dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e eventuais tentativas de renegociações ou saídas do Acordo de Paris. A comunicação feita pelo presidente Donald Trump a respeito da saída dos Estados Unidos não supriu as iniciativas de estados norte-americanos de transição para uma economia de baixo carbono, tampouco incentivou a saída de outros países do Acordo.

Na COP-24, em Katowice na Polônia, em 2018, espera-se que haja um avanço mais significativo na regulamentação do Acordo de Paris e um aumento nas ambições pré-2020, a fim de que em 2020 esse Acordo já

esteja plenamente operativo e que as Partes do Acordo estejam preparadas para implementar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, valendo-se do apoio e dos instrumentos que lhes estejam disponíveis.

5. FOTOS DA COMITIVA DE PARLAMENTARES NA COP-23



Foto 1 – Chegada à Bula Zone e credenciamento.



Foto 2 – Visita Técnica ao Chempark, em Leverkusen, Alemanha.

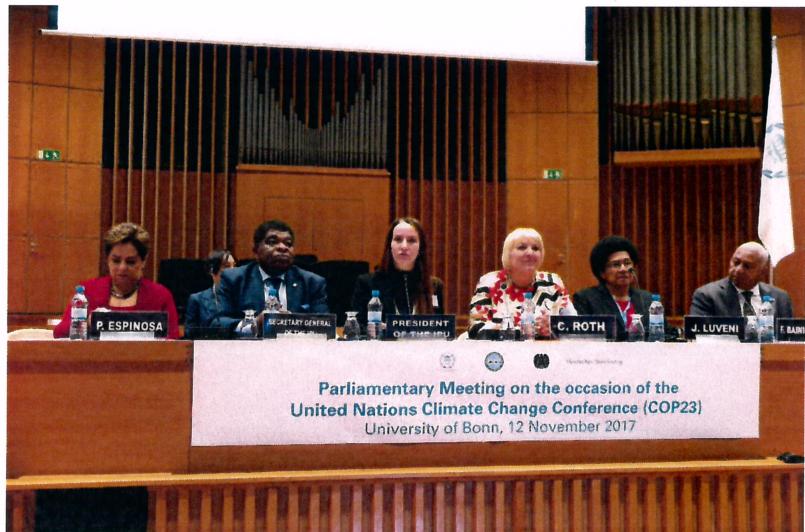


Foto 3 – Reunião da União Interparlamentar (UIP).



Foto 4 – Reunião da União Interparlamentar (UIP)



Foto 5 – Senador Jorge Viana e a Presidente da União Interparlamentar (UIP).



Foto 6 – Reunião entre parlamentares brasileiros e alemães.



Foto 7 – Parlamentares brasileiros e alemães.



Foto 8 – Encontro entre parlamentares brasileiros e Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.



Foto 9 – Parlamentares, Ministro Sarney Filho e Ricardo Soavinski, Presidente do ICMBio.



Foto 10 – Participação dos parlamentares no Dia da Amazônia (*Amazon Bonn day*).



Foto 11 – Senador Jorge Viana, Cacique Raoni e líderes Ashaninka.



Foto 12 – Reunião dos parlamentares brasileiros com Patricia Espinosa, Secretária da UNFCCC.



Foto 13 – Encontro com Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.



Foto 14 – Abertura da Plenária de Alto Nível da COP-23 com chefes de Estado.